

WESLEY CORREA CARVALHO

**MANUAL DE
SUCEDÂNEOS RECURSAIS
NO
PROCESSO CIVIL BRASILEIRO**



**DE ACORDO COM O
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

1ª Edição – 2017
São Paulo – SP

© Wesley Correa Carvalho
© Letras Jurídicas Editora Ltda. – EPP

Capa:

Cícero Silva / Cláudio Freire

Diagramação:

Dálet - Diagramação Ltda.-ME

Revisão:

Georgia Evelyn Franco

Editor Responsável:

Claudio P. Freire

1ª Edição - 2017 - São Paulo - SP

Reservados a propriedade literária desta publicação e todos os direitos para
Língua Portuguesa pela **LETRAS JURÍDICAS Editora Ltda. – EPP**

Tradução e reprodução proibidas, total ou parcialmente,
conforme a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



Largo São Francisco, 181 – 6º And. – Conj. 8/12 – Centro
CEP 01005-010 – São Paulo-SP
Tel./Fax (11) 3107-6501 – Celular (11) 99352-5354
Site: www.letrasjuridicas.com.br
E-mail: vendas@letrasjuridicas.com.br

Impressão no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO.....	9
LISTA DE SIGLAS	13
1 INTRODUÇÃO	21
2 TEORIA GERAL DOS SUCEDÂNEOS RECURSAIS ..	25
2.1 O Que São Sucedâneos Recursais?	25
2.2 Classificações dos Sucedâneos Recursais	26
2.3 Traços Característicos e Notas Distintivas dos Sucedâneos Recursais	29
2.4 Os Sucedâneos Recursais e a Lógica Processual	34
2.5 Expedientes Processuais que não se Encaixam na Definição de Sucedâneos Recursais.....	35
2.5.1 Suspensão de Segurança	36
2.5.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	36
2.5.3 Reclamação	37
2.6 Ações Autônomas de Impugnação.....	38
2.6.1 Ação Rescisória	39
2.6.1.1 Conceito	39

2.6.1.2	Das Origens.....	40
2.6.1.3	Do Prazo para Propositura.....	40
2.6.1.4	Das Hipóteses de Cabimento.....	41
2.6.1.5	Dos Legitimados à Propositura ..	42
2.6.1.6	Das Decisões Suscetíveis à	
	Ação Rescisória	43
2.6.1.7	Do Juízo Competente	46
2.6.1.8	Da Caução	46
2.6.1.9	Dos Pedidos	47
2.6.1.10	Do Julgamento	48
2.6.1.11	Da Relativização da Coisa	
	Julgada.....	48
2.6.2	Mandado de Segurança contra	
	Ato Jurisdicional	50
2.6.2.1	Conceito	50
2.6.2.2	Da Previsão Legal.....	50
2.6.2.3	Das Origens.....	51
2.6.2.4	Da Natureza Jurídica.....	52
2.6.2.5	Dos Requisitos do Mandado de	
	Segurança	54
2.6.2.6	Do Prazo para Impetração.....	55
2.6.2.7	Da Competência	55
2.6.2.8	Do Cabimento e dos Objetivos...	56
2.6.2.9	Do Procedimento	58
2.6.2.10	Das Custas Processuais	62
2.6.2.11	Do Recurso Cabível	63
2.6.3	Habeas Data contra Ato Jurisdicional	63
2.6.4	Querela Nullitatis [<i>Insanabilis</i>]	64
2.6.4.1	Conceito	64
2.6.4.2	Das Origens.....	65
2.6.4.3	Inexistência ou Nulidade?	
	Eis a Questão.....	65
2.6.4.4	Da Natureza Jurídica.....	66
2.6.4.5	Das Nulidades Processuais	66

2.6.4.6 Do Combate às Nulidades Processuais	68
2.6.4.7 Do Cabimento da <i>Querela Nullitatis</i>	68
2.6.4.8 Da Ocasão da Propositura.....	73
2.5.4.9 Da Competência	74
2.6.4.10 Do Procedimento	74
2.7 Meios Atípicos de Impugnação	75
2.7.1 Correição Parcial	75
2.7.1.1 Conceito	75
2.7.1.2 Das Origens.....	75
2.7.1.3 Da Previsão Legal.....	76
2.7.1.4 Da Natureza Jurídica.....	77
2.7.1.5 Do Cabimento	79
2.7.1.6 Do Procedimento	83
2.7.2 Pedido de Reconsideração	83
2.7.2.1 Conceito	83
2.7.2.2 Do Juízo de Reconsideração x Juízo de Retratação	84
2.7.2.3 Das Origens do Pedido de Reconsideração	85
2.7.2.4 Da Previsão Legal.....	86
2.7.2.5 Da Eficácia do Pedido de Reconsideração	88
2.7.2.6 Da não Interrupção e Suspensão do Prazo Recursal.....	90
2.7.2.7 Do Pedido de Reconsideração e os Limites da Fungibilidade Recursal..	92
2.7.2.8 Da (Ir)recorribilidade da Decisão que Julga Pedido de Reconsideração....	95
2.7.2.9 Do Pedido de Reconsideração e a Preclusão	97
2.7.2.10 Algumas Hipóteses do Cabimento do Pedido de Reconsideração	100

2.7.2.10.1 Pressupostos Processuais e Condições da Ação	100
2.7.2.10.2 Prescrição e Decadência.....	100
2.7.2.10.3 Valor da Causa	101
2.7.2.10.4 Nulidades Processuais	101
2.7.2.10.5 Tutela Provisória de Urgência .	102
2.7.2.10.6 Tutela Provisória de Urgência de Natureza Antecipada.....	103
2.7.2.10.7 Tutela Provisória da Evidência..	105
2.7.2.10.8 Mandado de Segurança	106
2.7.2.10.9 Decisão do Relator sobre o Recebimento de Agravo.....	106
2.7.2.10.10 Sentença.....	106
2.7.2.10.11 Quando de Remessa Necessária	107
2.7.2.10.12 Processo Administrativo.....	107
2.7.2.10.13 Do Procedimento	109
2.7.2.10.14 Pedido de Reconsideração e Direito Constitucional de Petição	112
2.7.2.10.15 Como o Magistrado deve Apreciar o Pedido de Reconsideração...	112

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
------------------------------------	------------

4 REFERÊNCIAS.....	117
---------------------------	------------

APÊNDICES

APÊNDICE A • Modelo de Ação Rescisória	131
APÊNDICE B • Modelo de Mandado de Segurança contra Ato Jurisdicional	137
APÊNDICE C • Modelo de Querela <i>Nullitatis Insanabilis</i> ...	141
APÊNDICE D • Modelo de Correição Parcial	145

APÊNDICE E • Modelo de Pedido de Reconsideração de Sentença	149
APÊNDICE F • Modelo de Pedido de Reconsideração do Valor da Causa	151
APÊNDICE G • Modelo de Pedido de Reconsideração em Decadência ou Prescrição	155
APÊNDICE H • Modelo de Pedido de Reconsideração em Carência de Ação.....	157
APÊNDICE I • Modelo de Pedido de Reconsideração da Decisão que Recebe Recurso de Agravo de Instrumento.....	159
APÊNDICE J • Modelo de Pedido de Reconsideração em Tutela Provisória	161
APÊNDICE K • Modelo de Pedido de Reconsideração em Mandado de Segurança	163
APÊNDICE L • Modelo de Pedido de Reconsideração em Processo Administrativo	165
APÊNDICE M • Modelo de Pedido de Reconsideração por Terceiro.....	167